

Lyra faz campanha propondo moralização e fim do "jeton"

por Edson Belo
de Brasília

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) disse ontem que o momento "histórico" do País exige a moralização do Legislativo. Por isso, ele resolveu incluir mais dois itens na sua plataforma eleitoral para chegar à presidência da Câmara dos Deputados: extinção dos "jetons" e a incidência do Imposto de Renda sobre os salários dos parlamentares.

O deputado considera o "jeton" um artifício que desabona a imagem dos congressistas. Em vez de se pagar "jeton" sugere o estabelecimento de um salário real "condigno com as funções parlamentares". Sobre esse salário incidiria normalmente o Imposto de Renda, explicou ele. Fernando Lyra reitera sua preocupação em restaurar a credibilidade do Legislativo, desgastada substancialmente nos últimos anos, segundo reconheceu. Em um ano de Constituinte, isso se torna indispensável, reafirmou o deputado pernambucano, observando que o Congresso Nacional não pode elaborar a nova Constituição do País sem contar com a credibilidade da sociedade.

Na sua opinião, sua candidatura "só incomoda aqueles que querem conservar tudo do jeito que está". Ele voltou a criticar o deputado Ulysses Guimarães pela pretensão de reelê-lo presidente da Câmara. Ele argumenta que isso contraria a Constituição, que não permite a reeleição de nenhum membro das mesas do Congresso, conforme sua interpretação.

CAMATA

O senador eleito Gerson Camata (PMDB-ES) condicionou seu apoio ao candidato que, na disputa pela presidência do Senado, assumir o compromisso de moralizar o Legislativo, acabando com os privilégios dos parlamentares. O ex-governador do Espírito Santo acha também necessário abolir o tratamento diferenciado que hoje tam-

bém beneficia os militares e os magistrados.

O senador eleito disse que o Brasil está numa encruzilhada histórica. Na sua opinião, "essa é a hora de acertar o País". Ele acha que os congressistas precisam dar o primeiro exemplo à Nação com demonstração de austeridade e senso de responsabilidade. Isso, segundo ele, é fundamental para a própria credibilidade da futura Carta Magna que será elaborada a partir de fevereiro.

Camata acha inconcebível a prática do pagamento de gratificações a parlamentares que sequer comparecem ao plenário. O senador também é contra a isenção do Imposto de Renda que beneficia a classe e a favor do controle rígido de presença nas sessões, por causa da imagem depreciada que a opinião pública formou do político. O ex-governador confessou que, às vezes, até sente vergonha de ser identificado como senador.

Na sua opinião, o Legis-

lativo precisa primeiro restabelecer sua credibilidade se quiser readquirir as prerrogativas perdidas durante o regime militar. Ele disse que irá conversar com os dois candidatos à presidência do Senado, Humberto Lucena e Nelson Carneiro, ambos do PMDB. Aquele que atender a suas aspirações terá seu apoio, reafirmou Camata, pouco depois de manter uma audiência com o presidente José Sarney, ontem pela manhã.